

Endividamento domina seminário

“Problema só não atinge os 53 municípios recém-criados”, ironiza o governador Fleury

Heitor Hui/AE

CARLOS RYDLE

O endividamento dos municípios, com destaque para o impasse entre prefeituras e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), superou questões como infra-estrutura, educação e saúde nos discursos e comentários de ontem ao longo do Seminário para Novos Prefeitos e Vereadores, realizado no Auditório Elis Regina do Anhembi. Na abertura do encontro, organizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam), o governador Luiz Antônio Fleury Filho ironizou ao abordar o tema: “Por enquanto, problemas com dívidas só não atingem as 53 cidades recém-criadas no Estado de São Paulo.”

Sucessivas críticas foram feitas ainda durante a reunião contra a ausência de articulação política no plano nacional para resolver o conflito entre as prefeituras e a Previdência. No centro da polêmica está o fim do repasse por parte do Tesouro Nacional das cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), bloqueadas pelo governo federal para cobrir débitos das administrações municipais com o INSS.

Algo que, alegam os prefeitos, impossibilita qualquer investimento. “Ficamos amarrados e não temos alternativa”, resumiu João Marconi (PFL), prefeito de Jardinópolis, na região de Ribeirão Preto, acrescentando estar espantado com a herança deixada pelo antecessor: “A máquina está inchada, além de desorganizada, e, quando assumi, havia até uma Bandeira Nacional guardada no banheiro.”

Apesar de ainda não saber o montante da dívida do município com o INSS, Marconi afirmou que o FPM representa 45% da receita local. Para complicar, de acordo com o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Wilson José, a partir de hoje 200 prefeituras pau-



Cobrir ofertas

Fleury garante que dará incentivos fiscais para manter indústrias no Estado

listas voltam a ter o FPM bloqueado, após a queda de liminar que garantia o repasse dos recursos.

Outro ponto levantado no seminário foi a necessidade da retomada do desenvolvimento econômico. O prefeito de Tupã, Jesus Guimarães (PMDB), observa que o desemprego e a ausência de perspectivas estão esvaziando a região de Marília. “Até os decendentes de japoneses resolveram, em massa, tentar a sorte no país de seus ancestrais”, revelou. Tupã, com população estimada em 30 mil habitantes, deve Cr\$ 28 bilhões à Previdência e Cr\$ 7 bilhões a fornecedores. A receita mensal do município é de Cr\$ 7 bilhões.

No que se refere à situação econômica do País, Fleury também não poupou ataques: “Esta é a herança do governo Collor, responsável pela maior transferência de recursos para o setor financeiro da história do País.” Afirmando que pretende garantir a produção em São Paulo, o governador assegurou que, para impedir a saída de indústrias, vai cobrir quaisquer ofertas de incentivos fiscais lançadas por outros Estados.

Em relação a outro tema nacional, o governador pregou a necessidade urgente de reformas políticas. Citou, por exemplo, a revisão da proporcionalidade na representação parlamentar. Hoje,

com mínimo de 8 e máximo de 60 deputados federais por Estado, São Paulo encontra-se sub-representado na Câmara dos Deputados. Negociações no Congresso permitiram o aumento desse limite para 70 parlamentares, mas, por falta de regulamentação, a mudança não foi posta em prática.

O detalhe curioso na abertura do evento ficou por conta do prefeito de Borá, Nelson Teixeira (PMDB). Segundo o último censo do IBGE, o município, o menor do Estado, tem 751 habitantes. “Mas já deve ter nascido mais alguém”, brincou Teixeira. “Na nossa cidade está tudo tranqüilo, não temos grandes problemas.”